

A CATÁSTROFE BOLSONARISTA E A BUSCA PELA REINVENÇÃO MELANCÓLICA DA HISTÓRIA NA COBERTURA DO JORNAL NACIONAL (JN) SOBRE MORTES PELA COVID-19

WILLIAM DAVID VIEIRA¹

RESUMO

Neste ensaio, apresentamos uma visão epistemológica sobre como a catástrofe bolsonarista em torno da pandemia de covid-19 impôs ao jornalismo a busca por uma “reinvenção melancólica da história”. Partindo de duas coberturas do Jornal Nacional acerca de mortes pela doença, acionamos metodologicamente referenciais em torno de outra conceituação de reinvenção da história e melancolia. Com isso, deparamo-nos também com uma crise do jornalismo brasileiro, a apontar para uma crise da memória e das formas de se pensar as temporalidades.

Palavras-chave: Catástrofe. História. Melancolia.

Abrimos este texto pensando nos últimos dias 7 de setembro – mais precisamente, os de 2021 e 2022 –, data em que se comemora a Independência. No mais recente, vimos uma estratégia de transformar a efeméride em golpe e lanque eleitoral – dada a proximidade do pleito presidencial. Este golpismo se refere, sobretudo, a apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (até a escrita deste texto, no Partido Liberal – PL), que, insuflados pelo político, seguem pedindo fechamento do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal, intervenção militar, entre outros. Já o próprio presidente usou o cargo e a máquina pública para fazer campanha em prol de sua reeleição.

Já no 7 de setembro mais anterior, em 2021, vivemos talvez um momento mais intenso – embora o mais recente não possa ser chamado de “brando”, já que não há adjetivo dessa natureza para qualquer tentativa de impulso ao ódio e ao autoritarismo – de manifestações antidemocráticas em inúmeras cidades do país e caracterizadas por imagens como a que foi registrada pela repórter Sarah Teófilo.²

Apoiado sobretudo por uma elite do Brasil, mas não somente, o presidente Jair Bolsonaro trava, desde antes de se sair vitorioso no pleito eleitoral de 2018, e isso se intensifica em seus anos de governo, uma guerra contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), ameaça golpes à democracia e a vilipêndia (atentando contra a urna eletrônica e a Constituição do país), enfrenta baixa popularidade e se perde na alta inflação, sentida por pessoas como o senhor

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCom/UFMG), com bolsa CAPES, e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pesquisador do “Grupo de Pesquisa em Historicidades das Formas Comunicacionais – Ex-press” (UFMG/CNPq). E-mail: williamdavidvieira@gmail.com.

2 Ver: https://www.instagram.com/p/CThFaniLB1c/?utm_source=ig_web_copy_link.

deitado ao chão na imagem acima. Mas é da promoção dessas crises e catástrofes que Bolsonaro se vale.

Sem catástrofe, sem ameaças a um inimigo “comunista” – como teima em dizer sua base de apoiadores –, sua manutenção popular entre esses sustentáculos não vingará. A catástrofe, porém, como pensadores a defendem – e traremos aqui –, exige de nós um depois, um porvir. Por isso, setores políticos e midiáticos se viram diante de uma tentativa de reinvenção em meio ao desastre bolsonarista. Entre locais de toda sorte, alinhados à esquerda, ao centro e mesmo à direita do espectro político (embora esta última tenha servido de apoio), Bolsonaro enfrenta resistência. Na véspera dos atos antidemocráticos do 07 de setembro de 2021, circulou, por exemplo, em publicação do jornalista Diogo Mainardi (2021), no site *O Antagonista* (alinhado à direita, mas não à extrema-direita de Bolsonaro), que os participantes (“mentecaptos”, segundo Mainardi) – 580 mil, esperados em São Paulo – pisariam, na verdade, sobre as então 580 mil vítimas da covid, “[...] intimidando aqueles cujo papel institucional é castigar o golpista responsável por boa parte dessas mortes” (MAINARDI, 2021).

Tal como Mainardi, forças antes contrárias ao maior opositor direto de Jair Bolsonaro na disputa eleitoral de 2018 – o Partido dos Trabalhadores (PT) – agora são também opostas ao governo, como é o caso da TV Globo, especialmente com seu noticiário principal, o *Jornal Nacional* (JN). Em dois gestos de cobertura, o periódico televisivo fez um aceno ao que poderíamos chamar de localização de crise da memória ao defender, em 2020, uma narrativa sobre 1º) a exibição de rostos de vítimas da pandemia e 2º) sobre o que se anunciava no Brasil com a marca de 50 mil mortes – número que Bolsonaro carregava em suas costas, até aquele momento, como gestor do país.

Nos dois casos, há a aceitação de que o Estado impõe uma opressão, uma catástrofe populista que gera melancolia – até aqui entendida como uma tristeza profunda, mas que, a partir de determinados intelectuais, refunde-se como uma estratégia de sobrevivência. Para o JN, Bolsonaro mergulha o Brasil na atmosfera de *terra arrasada* descrita por Prado (2012, p. 39): uma “terra radiosa” onde vive um “povo triste”, cuja *melancolia* é fruto de sua “descoberta”, “povoação” e “revelação” ao mundo. Pelo que articularemos sobre a estratégia discursiva do JN nos dois gestos de cobertura, o jornal foi arremessado a um imbróglio: virá depois da catástrofe uma reinvenção? Se vier, quando começará? Quando pensamos que a catástrofe exige um depois, uma implicação relativa à ação e à imaginação humana sobre o amanhã (CARVALHO et al., 2021), saltamos da ideia de melancolia como puramente imposição de tristeza para necessidade de resistência e sobrevivência. Essa melancolia catastrófica, do desastre, suscitaria um despertar para o outro (sobretudo um “tempo passado”). O *Jornal Nacional* se vê em uma busca pela reinvenção melancólica da história num período desastroso e em uma busca pela reinvenção de si mesmo como parte integrante da história – da construção e do relato desta.

Tal empreitada desvelou outro desastre: a crise de um jornalismo em ação no país, sua função memorial e suas responsabilidades com a História. Não apenas ao coletar políticas públicas (ou a ausência delas) do governo Bolsonaro, e tampouco ao enumerar e fazer reverberarem sentenças³ ditas pelo presidente diante do aumento de mortes pela pandemia, mas, ao mergulhar num limiar lamacento entre catástrofe, melancolia e futuro, o JN esboça uma reação à catástrofe bolsonarista (focando na condução da crise sanitária), levando-nos a pensar o que fazemos do

3 Algumas declarações de Bolsonaro, registradas e reproduzidas por veículos noticiosos: “gripezinha”, minimizando o impacto do vírus; e “e daí, quer que eu faça o quê?”, sobre um recorde de mortes em 2020.

presente. Tais atitudes se grafam na história que construímos e entrarão para a seção reservada do passado, a ser contada e cobrada, no futuro, pela ciência da História. Os dois gestos desvelam uma intensificação dessa catástrofe que é a investida no desastre como necessário à chancela e ao populismo de um governo que expõe sua população a um vírus mortal ao investir em campanhas de desacreditação do uso das máscaras de proteção e da vacina, entre mais estratégias vistas, nas redes sociais e no convívio cotidiano, como “genocidas”.

Esse populismo do desastre, hoje parte da história, a ser contado pela História, usa a catástrofe para novamente enxergar a realidade, imiscuindo uma à outra, sabendo-se que essa catástrofe não ilustra outra realidade, mas desvela aquela mesma com a qual lidamos, e assim não caracteriza uma ocorrência de abolição do tempo, mas dá a ver que tipos de pensamento condicionam certas temporalidades. Da catástrofe do tempo e no tempo, o que sobra em ruínas é o próprio tempo, essa dimensão de real, a partir da qual nos (re)inventamos.

Ao buscarem aproximar a catástrofe da realidade, tanto Bolsonaro quanto o *Jornal Nacional* tentam capturar essa dimensão ubíqua do dia a dia e que escapa (como a própria catástrofe), posto que, intrinsecamente atravessadas, como aponta Seligmann-Silva (2000, p. 75), pela “reflexão sobre a impossibilidade de representação da catástrofe, uma vez que o real está todo ele impregnado por [...] catástrofe, passou-se a uma condenação da representação de um modo geral...”. Porém, ao passo que Bolsonaro investe na catástrofe para garantir seu presente de poder presidencial e, quem sabe, um futuro, com sua desejada reeleição em 2022, o JN pensa a superação da catástrofe. À qual das duas impossibilidades estaríamos nos atentando: à impossibilidade de superação do presente, pela catástrofe bolsonarista que demora a passar e parece não acabar, durando o infinito de um mandato presidencial de quatro anos, ou à impossibilidade de reinvenção melancólica da História no presente cedendo espaço ao futuro que se almeja? Não remariam as duas para uma mesma impossibilidade, a de alcance do fim – e do fim da realidade? –, porque, ora, não vivemos catástrofes no passado, sem as superarmos de todo? O jornalismo seria, igualmente, a voz da catástrofe e um desastre da representação.

Pensando nos limites do que propõe como reinvenção melancólica o JN, acreditamos que há um erro em se pensar de prontidão o dia seguinte à catástrofe (como se pudesse ser logo superada), concessão que o noticiário indica fazer, embora reconheça que é preciso renascer a partir do desastre. Trata-se de pensar a reinvenção justamente a partir da catástrofe, porque não se sabe quanto tempo ela vai permanecer. Assim, como sustenta Antunes (2020), catástrofes se inscrevem na política das temporalidades; então, pensar o dia seguinte como substituição ou superação da catástrofe seria estabilizar processos comunicacionais, algo que a catástrofe não nos permite, haja vista que é, ela mesma, uma instabilização da vida cotidiana – como o discurso entoado pelo JN, uma catástrofe narrativa ou uma narrativa em catástrofe e a dizer-nos de catástrofes.

Pelo que apontou Seligmann-Silva (2000), a catástrofe da realidade implica também uma catástrofe de representação ou da tentativa de representação desta realidade. Assim, deparamo-nos não apenas com a narrativa da catástrofe, mas com uma narrativa em catástrofe. Tendo dificuldades para explicar a muitos brasileiros a importância do distanciamento social e do uso de máscaras, enquanto Bolsonaro promovia aglomerações e saía às ruas sem a proteção no rosto, tocando pessoas, o jornalismo convencional brasileiro tampouco deu conta de explicar por que uma senhora de 87 anos, a tomar todos os cuidados, foi levada pelo vírus, como relatou a conta na rede social *Instagram* “reliquia.rum”, da antropóloga Debora Diniz, a citar um caso:

“Ela vivia na cama. Mesmo ali, já em isolamento, aos 87 anos, o vírus a encontrou. Foi a primeira vítima do Pará.”

Ao narrar a crise por um jornalismo de prantos, esse mesmo ofício se vê diante da sua crise, em prantos: pela impossibilidade de representações, de tatear toda a catástrofe e as desigualdades no Brasil (as imensas e discrepantes realidades sociais) e as inconsistências políticas que, por inações do governo federal em uma pandemia ou por ações a dificultarem o trabalho da ciência e de autoridades sanitárias, como o que pregou e ainda prega Bolsonaro, interferem também na democracia, na vida dos cidadãos, na economia etc. Procurando reforçar alguma conscientização ou produzir outro tipo de “relicário”, de apêndice memorial, o JN tentou, em 14 de maio de 2020, exibir em seu telão, ao fundo do estúdio, rostos das *vidas mortas* – o primeiro gesto de cobertura que suscitamos –, com a seguinte apelação:

[...].

[William Bonner, apresentador do JN]: Desde o início da cobertura jornalística da pandemia, a imagem que ilustra o nosso painel lá atrás [telão no fundo do estúdio] tem sido o [sic] do novo coronavírus: a imagem que o mundo todo tem do inimigo número um da saúde humana nesses tempos difíceis. Mas, aqui no Jornal Nacional, todo dia, o que nós procuramos fazer é informar pra [sic] ajudar os brasileiros a frear essa pandemia e a ter uma visão clara do que tá [sic] acontecendo. E, talvez, a melhor forma de fazer isso seja lembrar o tempo todo que nós estamos falando de vidas, de cidadãos, de pessoas. Por isso, a partir de hoje, aquela imagem do inimigo número um vai sair do nosso painel. Em todos os momentos em que o Jornal Nacional estiver tratando da pandemia, vão estar lá atrás o rosto de brasileiros que ele nos tirou. Esses sorrisos e olhares dos brasileiros que nós perdemos podem nos ajudar a fortalecer a mensagem que importa de verdade: a necessidade de proteger vidas (JN, 14 maio, 2020).

Bonner sugere a crise para uma memória do próprio presente, como se fôssemos incapazes de dimensionar a tragédia a abalar então o país. Ao narrar uma catástrofe, porém, esse jornalismo se faz também uma catástrofe, por não conseguir contornar a pandemia instalada no real e fazer de sua representação um simulacro de proximidade do real. Ao estarmos em uma crise da memória mais recente, dos mortos que contamos a cada dia no presente da pandemia, dos mortos por outras doenças que se alastram pelo país, estamos ainda em uma crise da memória não tão recente, como a ditadura militar brasileira (1964-1985) que nosso jornalismo contou – mas como contou? De um lado, a mídia convencional apoiou o golpe militar, como a TV Globo, embora tenha reconhecido seu erro em 2013⁴, mas nada serviu para impedir o apogeu de uma extrema-direita e daqueles que a apoiam na figura de Bolsonaro a clamarem por golpes (como intervenção militar), a insuflarem pautas de destruição da ciência (desacreditar da eficiência de vacinas), a impulsionarem a venda de medicamentos ineficazes contra a covid-19, a tentarem barrar regras de distanciamento social, alegando que isso implicaria um impedimento ao direito à liberdade de ir e vir.

4 No JN, as Organizações Globo reconheceram que o apoio ao golpe de 1964 foi um erro. No mesmo ano, a Globo insuflou os atos das “Jornadas de Junho”. Essas manifestações – que começaram pelo aumento do preço das tarifas de transporte público, foram vistas com precaução por pesquisadores como o filósofo esloveno Slavoj Žižek (2013) por causa de um possível destino fascista – descambaram no *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016.

Os rumos da pandemia no Brasil estão intimamente ligados aos rumos da democracia, da antidemocracia de Jair Bolsonaro e de sua catástrofe populista. Deixar o país em um colapso sanitário é uma oportunidade de crise para se manter sua representação de que o país é constantemente atacado por forças como a ciência, a mídia e uma fixação comunista, e que ele está atento a isso para combater os “inimigos”. Sua catástrofe não tem fim. E a catástrofe da realidade, a implicar uma catástrofe de representação, é também uma catástrofe da memória: de um lado, Bolsonaro ignorou o aumento de mortes em decorrência da pandemia e ignorou, nesse meio tempo, a compra de vacinas (outra história e memória da saúde do Brasil, que sempre sofreu com dificuldades da vacinação); de outro, ainda exalta o regime militar e flerta com ideais antidemocráticos.

Em 20 de junho de 2020, o segundo gesto de cobertura que analisamos, anunciando um alerta de maior tom que o anterior, entre reconhecer a catástrofe da realidade, da representação, e tentar impedir que se produzisse uma catástrofe das memórias do hoje, o JN dialogou com a memória recente, dos mortos que só aumentam – na ocasião, a soma de 50 mil mortos –, sem pensar na memória não tão recente, do passado sombrio de autoritarismo que um dia apoiou:

[...].

[Renata Vasconcellos] É um marco trágico na pandemia. Mais de 50 mil mortes. 50 mil... Uma nação se define como a reunião de pessoas que compartilham sentimentos, afetos, laços, cultura, valores, uma história comum. Empatia é a capacidade que o ser humano tem de se colocar no lugar do outro, de entender o que o outro sente. Uma nação chora os seus mortos, se solidariza com aqueles que perderam pessoas queridas. 50 mil... Diante de uma tragédia como essa, uma nação para, ao menos um instante, em respeito a tantas vidas perdidas. E é o que o Jornal Nacional está fazendo agora, diante desses rostos que nós temos perdido desde março [aponta para os rostos das vítimas ao fundo, no telão do estúdio].

[William Bonner] E é um sinal muito triste dos tempos que nós vivemos que a gente tenha que explicar essa atitude. Não pra [sic] imensa maioria do povo brasileiro, de jeito nenhum, mas pra [sic] uma minoria muito pequena, mas muito barulhenta, pra [sic] quem o que nós fazemos, o jornalismo profissional, deveria, se não fechar completamente os olhos pra [sic] essa tragédia, pelo menos não falar dela com essa dor. O JN já pediu, você lembra, que a gente parasse pra [sic] respirar porque tudo vai passar. O JN já lembrou que as vidas perdidas não podem ser vistas só como números. E a gente repete mais uma vez: respira, vai passar. A gente repete também: 50 mil não são um número, são pessoas que morreram numa pandemia. Elas tinham família, mães, pais, filhos, irmãos, tios, avós, famílias... tinham amigos, tinham conhecidos, vizinhos, colegas de trabalho, como nós aqui somos. E nós, como nação, devemos um momento de conforto pra [sic] todos eles.

[Renata Vasconcellos] E pra [sic] nós mesmos porque nós somos uma nação. Como o Bonner disse, tudo isso vai passar. Quando passar, é a História, com H maiúsculo, que vai contar pras [sic] gerações futuras o que de fato aconteceu. A História vai registrar o trabalho valoroso de todos aqueles que fizeram de tudo pra [sic] combater a pandemia. Os profissionais de saúde em primeiro lugar.

[William Bonner] Mas a História vai registrar também aqueles que se omitiram, os que foram negligentes, os que foram desrespeitosos. A História atribui glória e atribui desonra. E História fica pra [sic] sempre” (JN, 20 jun. 2020).

Ao lidar com essas fissuras do social, o JN lida com suas próprias fissuras, as inconsistências em seu discurso, as rejeições que sofre de parcelas da população (como o rol de apoiadores de Bolsonaro e o próprio presidente, citados indiretamente nesse segundo gesto de cobertura por suas ações de desacreditação dos riscos da pandemia). Sua narrativa não comporta a inteireza da catástrofe ao ser impossível abarcar o real, mas, apesar do apelo memorial, torna-se mais impossível contornar a catástrofe, haja vista que, inserido no real, o JN é também uma catástrofe – seu relato da catástrofe é catastrófico. Vemos a crise de um jornalismo em prantos, que chora também suas ingerências na história, como o apoio à ditadura militar (depois, o reconhecimento do erro) e a intensa cobertura (pelo “dever de informar”, numa imposição pretensa de isenção e imparcialidade) das manifestações pró-*impeachment* de Dilma Rousseff, enquanto, num paradoxo, transmitia imagens de pessoas pedindo intervenção militar com a saída de Dilma. Nesse sentido, que compromissos o “dever de informar” tem com a história e que catástrofes ele produz em sua superfície?

Não se trata, porém, de uma reformulação nos discursos de apoio e rejeição a um partido político ou outro, a um acontecimento ou outro, como foi feito no caso da ditadura. Crise e catástrofe no (ou do) real passam também pelo ato de informar, pela maneira como se informa e pelo que se informa, posto que essa ação é igualmente fissurada, instabilizadora, catastrófica, não reordena o real, já que este se imanta de tantas outras crises. E essa insuficiência está não apenas no presente, na forma como se conta a crise ou nas catástrofes que o informar gera, mas nos fantasmas catastróficos que se carrega do passado ao futuro. Assim, o JN se vê diante de uma crise da memória, mas que, ao contrário do sugerido pelo discurso nos gestos de cobertura, não é só do presente ou do *presente-passado* recente (das mortes da pandemia), já que tampouco passa por um reconhecimento de erro ou pedido de desculpas. É uma crise das fantasmagorias catastróficas do passado que ainda permanecem, choram e, com seus prantos, inundam o futuro. Como nos lembra Traverso (2018) sobre a Alemanha Ocidental no pós-Segunda Guerra,

Em 1959, Theodor W. Adorno denunciou a amnésia que, favorecida por uma utilização hipócrita da noção de “atualização do passado” [...], tomava conta da Alemanha Ocidental... Essa formulação “altamente suspeita”, ele explicou, não significava necessariamente “atualizar a sério o passado, ou seja, por meio de uma consciência lúcida que desconstrói o poder de um suposto passado fascinante”. Ao contrário, significava “fechar os livros do passado e, se possível, até mesmo removê-lo da memória. Mais de cinquenta anos depois, a mesma amnésia afeta as culturas, nas quais dimensões inteiras do passado – antifascismo, anticolonialismo, feminismo, socialismo e revolução – são enterradas sob a retórica oficial do “dever da memória”. Nessa paisagem de luto, o legado das lutas de liberação se tornou quase invisível, assumindo uma forma espectral. Como explica a psicanálise, espectros têm existência póstuma, assombam nossas lembranças de experiências que supomos concluídas, exauridas, arquivadas. Habitam nossa mente como figuras vindas do passado, espíritos redivivos, etéreos, separados de nossa vida corpórea. Esboçando uma espécie de tipologia espectral, Giorgio Agamben chama a atenção para um tipo peculiar de espectro, as “larvas”, que “não vivem sozinhas, mas se obstinam em procurar os homens de cuja má consciência foram geradas”. [...] as experiências revolucionárias assombam nossas representações do século XX como espectros “larvais” (TRAVERSO, 2018, p. 63-64; grifos no original).

Não seguiriam as *larvas* – não apenas do JN, mas do jornalismo brasileiro –, como as do apoio ao golpe militar e do *impeachment* de Rousseff, obrando no presente? Para esse jornalismo em prantos, será preciso não apenas renascer da catástrofe do hoje, mas das catástrofes do passado ainda vigentes, a assombrarem o país com seu choro nas incompletudes geradas no “dever de informar” praticado e nos questionamentos direcionados a ele e a quem o enuncia. Mazelas se estendem a todo o ambiente político, da extrema-esquerda à extrema-direita, do jornalismo convencional ao não convencional, e poderíamos pensar aqui que a supracitada conta “reliquia.rum” não é melhor ou pior que o JN, mas é fruto também de outra mazela, de outras *larvas*: as histórias que não nos contam, as memórias que não temos, as pessoas que não conhecemos, as falhas democráticas que ainda vemos e vivemos. E desse modo o jornalismo e nós temos como herança, no presente, *espectros larvais* consolidados no passado. Ou seja, na narrativa jornalística da catástrofe de hoje, há outras catástrofes de ontem em andamento.

Estamos diante de coberturas melancólicas, e buscar uma reinvenção melancólica da história precisaria passar por uma reinvenção da melancolia gerada na catástrofe do informar. Em prantos não apenas pela morte das pessoas, mas por ter de noticiar, também, o progresso que não somos, da memória que ainda se disputa, o jornalismo falha com a história por colher, nas incapacidades representativas de seu discurso, falhas espectrais em formas de *larvas* – manchas indelévelis do que a História lhe atribui pelo que um dia executou. O jornalismo brasileiro chora suas desonras com a história, narradas pela História, já que, conforme Jácome (2020),

[...] a *verdade* e a *realidade* são imaginadas como alheias aos processos de textualidade, na medida em que o mundo transportado e purificado pela narrativa jornalística corresponderia ou, pelo menos, deveria corresponder (ainda que “no limite das possibilidades”) a um mundo de referência fixo, não havendo, portanto, nenhum embate entre eles (JÁCOME, 2020, p. 36; grifos no original).

Essa incapacidade de alcance de uma referência fixa, mas imaginada e desejosamente incontestável no discurso do JN, escancara, como próprio de sua instabilidade, o esvaziamento de uma historicização do Brasil, da memória do Brasil. Seria possível recuperá-la como uma busca da reinvenção melancólica da história – e, por que não, da memória – pelo discurso jornalístico da catástrofe, abrindo os olhos para uma catástrofe, mas se esquecendo de outras? Não estariam todas inter-relacionadas, e não estaria o JN ansioso por alcançar o dia seguinte à catástrofe, ou mesmo pensando partir da mais recente catástrofe para o encontro da reinvenção melancólica, desprezando as crises de antes, das quais ainda não nos reinventamos, como a ditadura militar que, por sua vez, age como outro *espectro larval*? Estende-se a nós, como já anunciava Novaes (2013), um convite a repensar nossa relação com o tempo e com a História:

Somos, portanto, herdeiros de pesada herança e de obras grandiosas tanto como sujeitos individuais como seres universais porque o homem que reflete sobre seu passado “é levado, apesar dele, a refletir sobre o passado do Homem”. Sem nostalgia. Quando se proclama que falta síntese ao nosso tempo, dominado pelos fatos, corre-se o risco do elogio aos “bons velhos tempos” [e chamamos atenção para isto, sobretudo quando forças de extrema direita tentam levar essa alcunha a um período como o duro regime militar] com sua síntese de uma “filosofia” vulgarizada do liberalismo com a crença cega na racionalidade técnica e no progresso. [...]. Mas sabemos, por definição e pela prática da história, que é impossível criar uma imagem do futuro sem a lembrança do passado e sem a percepção e dados do presente de maneira crítica. O que se quer dizer é que *presente*, passado e *futuro* formam uma trama indissociável (NOVAES, 2013, p. 19; grifos no original).

Disputando a memória com as próprias *larvas* que depositou na história e que hoje são contadas pela História, o JN apela para inúmeros gestos-alerta de cobertura no intuito de sanar *larvas* que seu discurso amontoa ao presente e ao futuro com suas insuficiências. São inúmeras as análises sobre a narrativa do jornal. Deparamo-nos com uma, destacando como a intimidade de cada vítima da pandemia é abordada de modo catastrófico, embaralhando público e privado, em outro recurso de sua localização na história contemporânea (LEIROZ; SACRAMENTO, 2021), o que também rema para uma estratégia de validar seu discurso como verdadeiro e cancelar esse suposto “dever de “informar” e conscientizar. Talvez ciente de uma catástrofe a cometer essa própria narrativa de representação, o JN aproveite a possibilidade de reinvenção melancólica da história nos dois gestos de cobertura não apenas para lidar com a crise sanitária, mas para lidar com a crise de seu jornalismo.

Do outro lado da crise, o populismo catastrófico de Bolsonaro atribui à sua ideia de *povo* (seus apoiadores) o poder da memória e de uma historicização do Brasil ao relatar um falso combate ao comunismo que ameaça a democracia. Nessa disputa de memória, está em jogo não a construção de uma verdade desejada sobre o outra, simplesmente, mas o apagamento de um acontecimento do passado, também hoje espectral, que se arrasta ao presente e ao futuro. É o que pensamos da violência fruto da ditadura militar, a escorrer como sedação melancólica de um governo, sobre a qual se firma a ilusão de um tempo glorioso. Essa melancolia estatal, se assim pudermos chamá-la, está na catástrofe populista de Bolsonaro, que dela se vale para o sustento de um governo, mas que, por iminência, demanda de seus sobreviventes exatamente isto: a sobrevivência; e não no dia após a catástrofe, mas ao dia de hoje, porque é apenas nele que ainda se pode sobreviver.

Recuperar a história de um Brasil é seguir contando a história de um Brasil ao mesmo tempo em que ela está a se construir, para que a História se fortaleça como temporalidade social a tráfegar entre a historicidade e a memória. São vastas as investigações que abordam essa relação de perene construção, desconstrução e reconstrução entre história e memória, tomando-as com foco na oscilação do passado no presente e no futuro – o tempo como sobreposição. E poderíamos inserir aí quem pensa a melancolia como parte integrante da história (RANGEL, 2019), hoje por uma imposição estatal no Brasil, que também nos lança para o mesmo diálogo de fluxo entre memória e história. Nessa busca de uma reinvenção, está em jogo não apenas a defesa de um presente e a sobrevivência a essa catástrofe que se impõe, mas o reconhecimento das catástrofes espectrais e seu desdobramento ao futuro. Ao tentar dialogar com uma “história” (o presente) e com a “História, com H maiúsculo” (a ciência, como o noticiário se refere), como se sobre esta última repousasse, no futuro, toda a *verdade do passado*, o JN se esquece de que *larvas* como as que ele mesmo deixou ainda remoem.

Ao lançar-se nesse desarranjo entre memória, história e melancolia, pensando sobretudo uma reinvenção melancólica, o JN, atento ao presente e ao futuro, deixa escapar em sua narrativa a crítica de uma comunicação do tempo numa terceira modulação: o passado. Se “a história é o fato de estarmos no mundo” (BARBOSA, 2009, p. 16) e estamos em constante movimento, então nenhuma temporalidade é fixa. O presente está inundado de moventes e instáveis crises do ontem e prenúncios de catástrofes do amanhã a emergirem no hoje. Sobreviver a essas catástrofes, renascer da melancolia e aí reinventar a história é fazer da catástrofe também uma historicização. Enquanto historicidade é sermos, existirmos, desenvolvermo-nos no tempo, ou como tempo e espaço, só temos memória quando nos “[...] constituímos como sujeitos na história no espaço, estando aqui, no presente, tendo estado aqui, no passado, e estando já no futuro” (BARBOSA, 2009, p. 17).

Com isso, o JN deveria se perguntar, atento a essa crítica de uma comunicação do tempo, que temporalidade é essa que fazemos comunicar (no informar) a partir da memória e da história em construção nos dois gestos de cobertura, mas não apenas sobre o presente e o futuro, e sim sobre o passado. Como sobrevivermos a partir dessa melancolia de hoje que não é unicamente de hoje, mas que se espalha fortemente por *espectros larvais* que a disseminam? Rangel (2019), ao pensar uma “melancolia benjaminiana”, que está longe de uma genialidade e também um pessimismo ou de uma tristeza profunda, abandonando-a logo e transformando-a em resistência, entende-a como reação às agruras do capital e da angústia do fracasso que o medo gerado pela modernidade (hoje, nas asas de uma catástrofe populista) impõe. Enquanto a melancolia nos faz sentir na percepção a passagem temporal, o reconhecimento do imbricamento entre passado, presente e futuro é necessário à sobrevivência em meio ao próprio tempo, igualmente catastrófico, como veste do real que é. Isso é aproximar-se dessa “melancolia benjaminiana”, da resistência à (des)ordem do moderno,

[...] um sentimento (*páthos*), uma atmosfera ou clima (*Stimmung*) que se constitui a partir de (junto a) uma compreensão própria a parte significativa da filosofia contemporânea (p. ex. Benjamin, Adorno, Heidegger, Derrida etc.): a de que a reconfiguração [ou redenção/*Erlösung*, acrescentamos] da história teria se tornado difícil ou mesmo improvável a partir da modernidade, o que, por outro lado, não significa ou não se desdobrou, necessariamente, em pessimismo ou passividade. Deste modo, há o que chamamos de uma insistência na tematização e na crítica disto que é a modernidade, especialmente no que diz respeito à denegação ou ao esquecimento do caráter de possibilidade (de diferenciação) da história. [...]. Maria Rita Kehl também entende que Benjamin seria determinado pelo que chama de “melancolia positiva”, e [Michael] Löwy classifica isto que estamos chamando de melancolia de “pessimismo revolucionário”... (RANGEL, 2019, p. 33; grifos no original; grifo nosso).

Por essa constatação dos atravessamentos temporais e de seu reconhecimento para nossa sobrevivência, a tarefa que nos sobra hoje, no Brasil, é reivindicar um modo de transformarmos em revolução e resistência, sobrevivência, a melancolia catastrófica, da destruição pura e simplesmente, manifestada no populismo de Bolsonaro. Parece-nos, por fim, que, para alcançarmos, é preciso não apenas olhar para o presente e o dia de amanhã, como se lança o JN, mas voltarmos-nos aos *espectros larvais* do passado, esse tempo que aparentemente não mais viveremos, mas que nos aflige. A reinvenção melancólica da história (como um exemplo de sensibilidade, de repensar as máculas) é outra possibilidade crítica de se agir pela memória e de se pensar as temporalidades: não esquecer e guardar o *lembrar* e o *tempo* como dimensões éticas.

The Bolsonaro's catastrophe and the search for a melancholic reinvention of history in the Jornal Nacional TV broadcast of deaths by COVID-19

ABSTRACT

In this essay, we offer an epistemological view on how the Bolsonaro's catastrophe around the covid-19 pandemic imposed on journalism a search for a “melancholic reinvention of history”. Starting from two Jornal Nacional TV broadcasts of deaths by the disease, we methodologically activate references around another concept of rein-

vention of history and melancholy. Through this, we are also faced with a crisis in Brazilian journalism, pointing to a crisis of memory and of ways of thinking about temporalities.

Keywords: Catastrophe. History; Melancholy.

Referências

ANTUNES, E. Notas preliminares: o dia seguinte. In: MAIA, J. et al. (Orgs.). **Catástrofes e crises do tempo**: historicidades dos processos comunicacionais. Belo Horizonte: Selo PPGCom/UFMG, 2019, p. 21-29.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 6, n. 16, 2009, p. 11-27. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/154>. Acesso em: 08 set. 2022.

CARVALHO, C. A. et al. Crise e catástrofe como categorias interpretativas das experiências humanas do tempo. **Contracampo**: Brazilian Journal of Communication, Niterói, v. 40, n. 1, 2021, p. 1-16. Disponível em: <http://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.43112>. Acesso em: 08 set. 2022.

JÁCOME, P. **A constituição moderna do jornalismo no Brasil**. Curitiba: Appris, 2020.

LEIROZ, F. P.; SACRAMENTO, I. Cronotopias da intimidade catastrófica: testemunhos sobre a covid-19 no Jornal Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 73, 2021, p. 384-404. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210209>. Acesso em: 08 set. 2022.

MAINARDI, D. 580 mil cadáveres pisoteados na Paulista. **O Antagonista**, s. i., 2021. Disponível em: <https://www.oantagonista.com/despertador/580-mil-cadaveres-pisoteados-na-paulista/>. Acesso em: 08 set. 2022.

NOVAES, A. Mundos possíveis. In: _____. (Org.). **Mutações**: futuro não é mais o que era. São Paulo: Edições Sesc SP, 2013, p. 11-39.

PRADO, P. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RANGEL, M. M. Melancolia e história em Walter Benjamin. In: _____. **Da ternura com o passado**: História e pensamento histórico na filosofia contemporânea. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019, p. 33-48.

SELIGMANN-SILVA, M. A história como trauma. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000, p. 73-98.

TRAVERSO, E. **Melancolia de esquerda**: marxismo, história e memória. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

ŽIŽEK, S. Problemas no Paraíso: artigo de Slavoj Žižek sobre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. **Blog da Boitempo**, s.i., 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/05/problemas-no-paraiso-artigo-de-slavoj-zizek-sobre-as-manifestacoes-que-tomaram-as-ruas-do-brasil/>. Acesso em: 08 set. 2022.

Submissão: 12/10/2022

Aceite: 18/10/2022